



CRM-MA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO

DECLARAÇÃO EXPEDIDA PELA INSTITUIÇÃO MÉDICO-HOSPITALAR

Declaramos, para os devidos fins, que o(a) Dr(a).

_____,
portador(a) do(a) passaporte (ou RNE) nº _____, natural de _____, é
aluno(a) do [Nome do Programa] _____,
desenvolvido pela(o) [Nome da Instituição] _____, no período de
_____ a _____.

O(a) aluno(a) está devidamente matriculado(a) no Curso da Especialidade de
_____, desenvolvendo atividades na assistência médica estritamente vinculado ao
programa de ensino, para fins pedagógicos, restrito ao âmbito do(s) Hospital(is):
_____.

Ressaltamos que o(a) estudante pratica atos médicos relacionados e necessários ao
seu treinamento somente dentro do complexo do(s) Hospital(is) acima nominados, sempre sob
supervisão direta do(a) Prof.(a). Dr.(a). _____,
devidamente registrado(a) no Conselho Regional de Medicina do Maranhão sob o nº _____,
o(a) qual detém qualificação ética e profissional necessária para o correto exercício das atividades
pedagógicas e se responsabilizará, solidariamente, pelos atos médicos praticados pelo(a) aluno(a)
supervisionado(a), nos termos do art. 5º, incisos V e VI, e Art. 7º, §6º, da Res. CFM nº 2.216/2018.

Neste ato, nos comprometemos a informar ao Conselho Regional de Medicina do
Maranhão eventual desligamento do(a) aluno(a) acima indicado(a) do respectivo curso, no prazo de
30 (trinta) dias, contados a partir da efetivação da exclusão. Ademais, comunicaremos a esse
mesmo Conselho Profissional acerca de quaisquer irregularidades apuradas ao longo da duração
do curso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência do(s) fato(s).

Declaramos, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações acima
apresentadas, cientes de que a falsidade poderá caracterizar o crime tipificado no art. 299 do Código
Penal¹.

São Luís, _____.

assinatura do médico supervisor
(caso não possua assinatura digital, imprima o documento e o assine com caneta)

¹Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena-reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.